

Índices para obras de referência: o caso da Bibliografia Filatélica Brasileira (BIFIBRA)¹

Diego Andres Salcedo
Kézia de Lira Feitosa

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil

REVIEW

Resumo

Indica os resultados de pesquisa desenvolvida no ambiente do Grupo Imago, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. O grupo está cadastrado e certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Teve como objetivo refletir, elaborar e aplicar índices para uma obra de referência intitulada 'Bibliofilatelia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal'. Essa obra constitui parte da Bibliografia Filatélica Brasileira que, por sua vez, integra o projeto do Repositório Filatélico Brasileiro. De natureza exploratória e descritiva, utilizou como procedimento metodológico a identificação, recuperação e leitura de bibliografia especializada, por meio da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. Identificou escassez de literatura científica sobre o assunto da pesquisa. Apresenta, como conclusão da pesquisa, um grupo de três índices: onomástico, cronológico e por assunto e colabora, no cenário nacional, com o debate sobre o papel do bibliotecário na elaboração de índices.

Palavras-chave

Bibliofilatelia; Bibliografia; Bibliografia Filatélica Brasileira; Filatelia; Índice; Repositório Filatélico Brasileiro

Index for reference books: the case of the Brazilian Philatelic Bibliography²

Abstract

Indicates the research results developed in the environment of the Imago Group, which is part of the Information Science Department at the Federal University of Pernambuco. The group is registered and certified in the Research Groups Directory of the National Scientific and Technological Development Council. Aimed to reflect, develop and implement indexes to a work of reference entitled 'Bibliophilately: information sources for the philatelic and postal studies'. This work is part of the Brazilian Philatelic Bibliography which, is also, part of the Brazilian Philatelic Repository project. With an exploratory and descriptive nature, used as the methodological procedure the identification, retrieval and reading professional literature, retrieved from the Brazilian Reference Data Base Articles Journals in Information Science. It identified a lack of scientific literature about research. Presents, as a conclusion of the research, a group of three indexes: onomastic, chronological and by subject. It also collaborates in the national debate scenario about the librarian's role in developing such tools.

Keywords

Bibliography; Bibliography of Brazilian Stamps; Bibliophilately; Index; Philately; Repository of Brazilian Stamps

1 Introdução

O projeto de desenvolvimento do Repositório Filatélico Brasileiro (REFIBRA), inédito no país, devidamente homologado pelas respectivas instâncias da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bem como cadastrado no grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado "Imago: filosofia, ética, ciência, tecnologia, colecionismo e memória", articula atividades de pesquisa, ensino, extensão e cultura em parceria com o Departamento de Ciência da Informação (DCI), da UFPE.

Em maior escala, o REFIBRA contribui com um conjunto de princípios que norteiam os programas estratégicos da uma rede nacional de instituições comprometidas com políticas de preservação e digitalização de acervos memoriais brasileiros. O REFIBRA será o resultado de um processo de curadoria digital do patrimônio memorial filatélico brasileiro produzido entre 1843 e 2016.

O projeto corrobora com as ações de preservação da memória digital recomendadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na sua Declaração de Vancouver (2012). Logo, insere o Brasil no cenário internacional neste tipo de ação no campo da Filatelia e da História Postal. O REFIBRA será um ambiente digital que contribuirá para a preservação, conservação e difusão da memória, da cultura e da identidade nacional em consonância, também, com o Plano Nacional de Cultura – PNC, do Ministério da Cultura do Brasil (2010).

O projeto prevê a identificação, digitalização, tratamento, organização e disponibilização na internet, de forma gratuita e irrestrita, do conjunto de documentos que constituem o patrimônio filatélico brasileiro, patrimônio construído de forma ininterrupta há 172 anos. Esse patrimônio é constituído por diversos e distintos documentos: selos, inteiros, blocos, editais, catálogos, livros, periódicos, boletins, folhetos etc. Vale lembrar que o Brasil, em 1843, foi o terceiro país a emitir e utilizar o selo postal para franquear correspondências, de fato, um pequeno embaixador de papel (ALTMAN, 1991; SALCEDO, 2010).

Uma das ações previstas no desenvolvimento do REFIBRA é a elaboração de bibliografias que possam servir como fontes para a pesquisa. Essa ação foi transformada em projeto e recebeu o nome de Bibliografia Filatélica Brasileira (BIFIBRA). O foco fundamental do BIFIBRA é prover ao público acesso irrestrito e de forma regular às fontes de informação produzidas em língua portuguesa, particularmente no formato de livros e periódicos, para que o interessado possa identificar a informação ou o conteúdo que lhe sirva (CUNHA, 2001).

Exposto isso, este artigo versa sobre os resultados da pesquisa intitulada “Índices para obras de referência: o caso da Bibliografia Filatélica Brasileira (BIFIBRA)”, realizada entre 2015 e 2016, e que contou com o apoio financeiro da PROPESQ/UFPE/CNPq, para bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). O objetivo geral da pesquisa foi definir os critérios de elaboração de índices para uma obra de referência, provisoriamente, intitulada “Bibliofilatelia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal”. Esse livro é o primeiro texto constituinte do BIFIBRA. Os critérios nele utilizados poderão servir como modelo para futuras obras. Dito isso, o artigo segue com as seções 2 e 3, nas quais são feitas tanto uma revisão bibliográfica quanto um debate teórico, seguidas da quarta seção, em que são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados, acompanhados de exemplos visuais e, por fim, da quinta seção, na qual são expostas algumas conclusões e a potencialidade do projeto para futuras pesquisas.

2 Fontes de informação e obras de referência: uma revisão bibliográfica

É salutar iniciar a exploração bibliográfica a respeito de fontes de informação lembrando que aquilo que definirá uma fonte de informação, seja real seja virtual, seja um documento seja uma “instituição”, será o fundamento epistemológico que determina os critérios metodológicos aplicados sobre essa fonte. Se não for dessa maneira, então a Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação não são ciências, mas práticas profissionais, ofícios, saberes cotidianos baseados em tradições seculares.

Ora, se essas áreas querem participar do campo científico que lhes corresponda, em que pese a característica interdisciplinar que lhes é outorgada, então os bibliotecários, arquivistas, museólogos e cientistas da informação que atuam no campo científico precisam atentar ao fato de que os elementos epistemológicos e metodológicos são complementares, articulados e interdependentes. Eles não são suplementares, desarticulados e independentes.

Num campo científico, das ciências naturais ou das humanidades, o componente epistemológico funciona tanto como justificativa da racionalidade processual do fazer científico, quanto como fundamento para o uso de critérios cientificamente reconhecidos pela comunidade que atua no respectivo campo. Por sua vez, o elemento metodológico funciona como uma prática de elaboração dos critérios e, também, como orientação dos procedimentos, ferramentas e instrumentos que podem ser utilizados no fazer científico.

Aqui vale a pena retomar um posicionamento de um filósofo da ciência brasileiro que deixa claro a relação entre os elementos citados anteriormente, a saber:

o componente metodológico é, portanto, consequência de uma concepção epistemológica que sustenta a oposição entre ciência e outras formas de conhecer, principalmente a do senso comum, e da afirmação que o conhecimento científico é o que é justificado pela verificação experimental (KOCHE, 2005, p. 31-32).

Essa distinção inicial é demandada por uma visão equivocada sobre qual é a diferença entre uma fonte de informação produzida para o potencial usuário, seja ele quem for e independentemente do uso que fará da fonte, e a fonte de informação produzida para o potencial usuário com formação específica e que fará uso especializado da respectiva fonte. Vale pontuar que a terminologia 'recursos de informação' ou 'recursos informacionais' (PINHEIRO, 2006), para o enfoque deste artigo, não é entendida como sinônimo de 'fontes de informação' ou 'fontes informacionais', respectivamente.

Por exemplo, o *Catálogo de Selos do Brasil* (MEYER, 2016), antes de ser uma fonte de informação produzida para o público em geral, mesmo que não exista impeditivo para o seu manuseio por curiosos, ele tem como foco de sua edição e venda um potencial usuário específico: o colecionador de selos postais, o filatelista ou, também, pesquisadores e estudantes de diversas e distintas áreas de atuação científica (História, Economia, Sociologia, Comunicação, Design, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, Psicologia etc.).

Além disso, esse catálogo é utilizado como obra de referência interinstitucional, no sentido que denotam Campello e Campos (1988). A atualização inserida no catálogo brasileiro serve como obra de referência, como guia, para as atualizações anuais dos quatro catálogos filatélicos mundiais produzidos por empresas mundialmente reconhecidas no campo filatélico.

Outra distinção que interessa e ilustra o ponto de vista que está sendo proposto pode ser encontrada no prefácio escrito pelo professor Caldeira no livro do Cunha (2010, p. vii, grifo nosso):

guias de obras de referência são repertórios monumentais, planejados e elaborados com a função de direcionar professores, pesquisadores, alunos e demais interessados em conhecer as fontes de informação publicadas em diversas áreas do conhecimento e que podem ser consultadas, com facilidade, para se identificar aquelas a serem utilizadas para auxiliar na resolução de suas questões. Os guias podem ser divididos, inicialmente, em gerais e especializados. Os guias gerais, na maioria das vezes, são enumerativos, isto é, fornecem as referências bibliográficas das obras selecionadas, acompanhadas de um resumo e incluem as fontes de informação em todas as áreas do conhecimento [...]. Guias especializados, de modo geral, apresentam as fontes de informação de um assunto, ou de uma grande área de conhecimento, e os dados identificadores das obras relacionadas são apresentados na forma de um texto.

Não há dúvida de que, mesmo em tempo de conexão em rede ininterrupta e recuperação de informação automatizada, a secular prática de organizar informações que estão caoticamente dispersas é bem-vinda, salutar e efetiva. Mas o que diferencia uma fonte de informação para qualquer potencial usuário e o potencial usuário especializado?

Uma fonte de informação, em sua imanência nominativa, indica a presença de duas facetas possíveis: de um lado deve haver uma pessoa ou instituição que produziu a fonte e, do outro lado, deve coexistir um potencial usuário, também, enquanto pessoa ou instituição.

Se por um lado, o senso comum percebe tudo como uma fonte de informação, de um livro a um letreiro de ônibus, pelo outro, nas quatro áreas mencionadas no início desta seção, uma fonte de informação será classificada de acordo com o tipo de registro e do suporte, mas, também, em relação ao conteúdo e ao seu contexto de produção e circulação.

Essa condição imanente de uma fonte de informação é o componente epistemológico que norteará a produção e distribuição de fontes de informações que interessam as quatro áreas de conhecimento supracitadas. É dessa premissa, de que uma fonte de informação tem um usuário como alvo, um potencial

usuário especialista em alguma área, ou se preferir uma analogia “a cada livro seu leitor” (RANGANATHAN, 2009), que determina o sentido de fonte de informação para essas áreas de conhecimento, ou seja, para além do senso comum dos respectivos ofícios ou tradições organizacionais.

Caberia sugerir, então, que esse sentido de fonte de informação, que não é o do senso comum e nem produzido para um potencial usuário sem formação específica ou atuação especializada, emerge quando essa fonte participa, por meio do que nela tem de materialidade do discurso, de certo regime informacional.

Adaptado por Gómez (2002, p. 34), para os estudos epistemológicos da Ciência da Informação, e reaplicado por Salcedo (2010) na área de Comunicação, o conceito ‘regime informacional’

designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição [...]. Um ‘regime de informação’ constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Logo, admitindo o que foi dito até aqui em relação ao estudo científico das fontes de informação, é possível ampliar o debate e propor uma categorização de quatro características que indicariam o seu valor epistemológico: a sua materialidade, o seu conteúdo informacional, o objetivo de sua produção em certo regime de informação e a transmutação midiática.

Isso, de forma alguma, elimina a divisão clássica, pré-existente e utilizada sobremaneira nas áreas de conhecimento que interessam ao debate. Essa divisão consiste em fontes:

1. *Primárias*: seu conteúdo é composto, principalmente, por novas informações ou interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos, por pensamentos originais ou inéditos. As fontes primárias denotam, exatamente, a materialidade discursiva do lugar de fala do seu autor. É a partir delas que outras pesquisas são realizadas. O seu conteúdo é apresentado em sua estrutura original, ou seja, ainda não sofreu algum tipo de tratamento informacional que resulte em outra fonte (secundária ou terciária). Alguns exemplos são: livros, anais de eventos científicos, patentes, periódicos científicos, projetos de pesquisa, relatório técnicos, tese de doutorado, cartas, discursos, normas, atas, ofícios, fotografias, certificados, provas de disciplinas, entrevistas em seleção de concurso ou de acesso à pós-graduação, *emails* etc.
2. *Secundárias*: são produzidas com conteúdos (assuntos e temas) extraídos ou que remetem às fontes primárias por meio do tratamento e da organização das suas informações. Usualmente, são confeccionadas conforme um plano definitivo. São uma guia para que o potencial usuário encontre a fonte primária por meio de anotações, resumos, vocabulários controlados e indexados. Alguns exemplos são: bibliografias, biografias, catálogos, dicionários, enciclopédias, glossários, manuais, publicações de indexação e resumos, artigos de revisão, arquivos, museus, acervos de coleções científicas etc.
3. *Terciárias*: têm como função principal ajudar potencial usuário na pesquisa de fontes primárias e secundárias, indicando sua localização. Por vezes são difíceis de serem diferenciadas das fontes secundárias. Alguns exemplos são: bibliografias de bibliografias, diretórios, almanaques, guias de literatura, bibliotecas etc.

Na atualidade, as fontes de informação, a despeito dessa clássica divisão, não podem continuar sendo pensadas, apenas, como centralizadoras ou núcleos de informação. O fato é que essas mesmas fontes

primárias, secundárias e terciárias, antes definidas e distintas por causa de certas idiossincrasias, hoje, assumem as formas e estruturas mais diversas. Podem ser encontradas em vários lugares ao mesmo tempo, bem como os potenciais usuários não são passivos em relação a produção de seus conteúdos. Ao contrário, eles também são produtores, incentivados a realizar conexões entre conteúdos dispersos.

Produtores e consumidores, escolásticos e estudantes, pesquisadores seniores e juniores estão, todos, conectados em rede, produzindo e consumindo os conteúdos das diversas e distintas fontes de informação no que Lévy (2006) chamou de “inteligência coletiva”, Jenkins (2008) de “cultura de convergência”, e Shirky (2011) de “cultura participativa”.

Nesse sentido, é salutar observar que existe um ininterrupto desenvolvimento das tecnologias midiático-computacionais e do seu ilimitado uso como fonte informacional em que, fica evidente, a transição ou transmutação das fontes de informação tradicionais para o formato digital.

Carrizo Sainero (2000, p. 404) sustenta que

los cambios tecnológicos que se puedan desarrollar en el futuro y que afecten a las fuentes de información son impredecibles, así como la mejora de los ya existentes entra en lo posible en un futuro más o menos próximo, se puede observar que en la actualidad, la mayoría de las fuentes de información están localizadas casi de forma exclusiva en los soportes informáticos y, cada vez con más frecuencia en los entornos Web. Esto para los usuarios representa una posibilidad de extraer información casi ilimitada, aunque deben manejarse en un medio y con unas herramientas que no les son familiares y desconocen hasta donde puede llegar el nivel de optimización.

Outra maneira de considerar as fontes de informação a partir das quatro categorias já mencionadas e de um ponto de vista amplo pode ser encontrada no texto de Gomes e Dumont (2015, p. 135): “as fontes de informação são veículos potenciais que podem possuir uma determinada informação para um determinado sujeito para satisfazer uma determinada necessidade”, ou seja, para esses autores uma fonte de informação reduz incertezas e cria as condições de possibilidades da emergência de novos saberes.

Pois bem, se até aqui foi explorada, de forma não exaustiva, o conceito de fonte de informação, então cabe elucidar a obra de referência, um gênero específico de fonte de informação e que caracteriza o objeto que está sendo desenvolvido no projeto do BIFIBRA e do REFIBRA, como citado na introdução do artigo.

Enquanto fontes de informação do tipo secundária, as obras de referência são destinadas à consulta de informações específicas sobre determinado assunto ou tema. Elas podem ser consideradas, também, instrumentos de disseminação de informação, visto que ajudam ao pesquisador em seu fazer científico.

Ainda, usualmente, são produzidas com a finalidade de uso pontual e recorrente. Uma de suas prioridades é facilitar a localização da informação que se procura. Isso ocorre por conta dos processos de tratamento e organização das informações, geralmente, extraídas de fontes primárias.

Novamente, cabe lembrar o exemplo do *Catálogo de selos do Brasil* (MEYER, 2016). Como obra de referência, o catálogo organiza, cataloga, classifica e indica valores comerciais das fontes primárias produzidas pelos Correios: selo postal, bloco comemorativo, editais, inteiros postais, folinhas filatélicas etc. Ele é uma fonte secundária, ainda em formato impresso (ao contrário de alguns catálogos internacionais que são vendidos em formato digital), muito utilizado pelo mercado filatélico, por instituições (comerciantes e leiloeiros) e pelos filatelistas (coleccionadores e expositores). Do ponto de vista técnico, a proposta da organização de uma Bibliografia Filatélica Brasileira inserida no Repositório Filatélico Brasileiro é, de fato, um tipo de organização processual de conteúdos bibliográficos com o intuito de auxiliar a recuperação de informações pelo potencial usuário.

Nesse sentido, para o campo científico da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, o BIFIBRA pode ser denominado como um tipo de “bibliografia especializada brasileira” como sugerem Campello e Campos (1988, p. 113). Feita essa breve explanação e contextualizadas as obras de referência nos projetos acima mencionados, a próxima seção realiza uma breve análise histórico-terminológica do conceito de ‘índice’.

3 Índices: análise histórico-terminológica

O termo índice tem diversos e distintos sentidos, é polissêmico. Deriva do Latim “*Index*”, “*-icia*”, aquele que anuncia e serve de indicador. Uma das acepções desse termo no verbete do dicionário “Priberam”, da língua portuguesa, indica uma lista metódica ou alfabética de nomes de pessoas (índice onomástico) ou de assuntos. Outra definição aborda a relação alfabética de catálogos e tabelas.

O fonema ‘índice’ no campo da Biblioteconomia e, para efeito da pesquisa em andamento, é utilizado no sentido de lista remissiva, ou seja, indicativos de pontos de acesso e não de indicação de relação de valores e medidas, como, por exemplo, são alguns índices econômicos do governo ou índices de fertilidade e mortalidade.

Antes de continuar, vale comentar que existe a ciência de que, em certo sentido, para além da função de organização da informação, as listas também representam uma luta humana que tenta criar ordem em relação ao caos que é a própria cultura humana. Um bom e atual livro que indica esse enfrentamento é “A vertigem das listas”, do Humberto Eco (2010). De certo, ele poderia ser parte da bibliografia dos cursos de Biblioteconomia e de áreas correlatas.

Esse conceito adquiriu conotações e características diversas com o passar do tempo, desde que começaram a serem construídos, mesmo que de maneira inconsiderada. Como indica Collinson (1971), os primeiros índices conhecidos eram arranjados pela primeira sentença de cada parágrafo.

A análise de alguns fatos históricos relacionados ao controle informacional aponta como esse instrumento começou a ser utilizado e de quais formas a sua evolução atribuiu-lhe valores e novos usos até os dias atuais. Desde que o homem começou a registrar seus conhecimentos surgiu a preocupação com a organização de acervos documentais. Assim, instrumentos de organização, tratamento e controle começaram a ser desenvolvidos. O índice, enquanto técnica de recuperação e armazenagem de informação, foi um deles.

Conforme esclarece Silva (2004, p. 6) a forma mais antiga de armazenamento de informação que se tem conhecimento foi encontrada nas tábuas de argila produzidas na Mesopotâmia no Século II a.C. Por sua vez, até meados do medievo essas listas não passavam de inventários ou, como nos casos dos mosteiros ingleses do Século XVIII, elas tinham características do que hoje é conhecido como catálogo coletivo.

Era serviço dos monges copistas a produção e reprodução intelectual da época. Seus acervos eram muito protegidos e não acessíveis ao público em geral. Nesse sentido, o índice servia de instrumento de controle interno das obras (inventário), sob a forma de uma lista de conteúdos, de resumos e de notas, usualmente, em ordem alfabética. Por muitas vezes, elementos das listas eram escritas às margens dos livros em formas de sentenças que indicassem conteúdo de parágrafos muito longos. Esses foram os precursores da concepção moderna dessa técnica de listar.

Até o surgimento da imprensa os índices eram a única forma de acesso aos livros das bibliotecas dos mosteiros, a partir dos registros dos títulos. Após a invenção dos tipos móveis de Gutemberg, no Século XV, o cenário mudou completamente. O crescimento do número de obras nos acervos exigiu uma organização mais cuidadosa por meio de instrumentos mais detalhados. Com o aperfeiçoamento da elaboração dos índices foi possível obter um controle metodológico mais eficaz, relacionado ao contexto de cada documento.

O primeiro passo para que os índices adquirissem grande valor, relacionando citações e a sua localização no texto, foi dado juntamente com a compilação da Bíblia inglesa em meados de 1730, idealizada e feita por Alexandre Cruden, Johnson, copistas e escribas. É atribuído à Cruden e Johnson a concretização de padrões de clareza e consistência para a indexação. Logo depois surgiu na Alemanha a ideia de palavra-chave para representação de itens. Duas décadas depois estabeleceu-se em Portugal a “*mesa censória*” que definia, por meio de Index ou Catálogo, os conteúdos que seriam estudados nas escolas e universidades.

Como resultado dessa evolução da metodologia de elaboração e da aplicabilidade dos índices, Lancaster (2004) afirma que trabalhar com índices e termos indexadores consiste em conseguir visualizar os tipos de consultas, pelos quais as expressões de busca, para as quais determinado documento provavelmente será útil, consiga suprir a demanda informacional do usuário. Contudo, após o surgimento da Internet, a maior parte das atividades de recuperação da informação envolve buscas em textos na rede mundial de computadores e as pessoas que precisam de informações fazem suas próprias buscas ao invés de procurar o profissional bibliotecário.

Assim, surgiu a oportunidade da realização de estudos envolvendo as possibilidades de revocação de documentos sem o auxílio de um bibliotecário para intermediar este serviço diretamente. Logo, alguns métodos simples de produção de índices impressos foram criados para trabalhar com textos. Baseados na frequência de termos, esses estudos tiveram início na década de 1950 resultando na indexação automática utilizando-se de processos algorítmicos em diversas atividades de recuperação da informação que pudessem substituir o processo intelectual por seres humanos.

Hans Peter Luhn, pesquisador da área de Ciência da Computação que prestava serviços à International Business Machines Corporation foi precursor dos índices KWIC (*Keywords In Context*), em meados de 1950. Ele utilizou o algoritmo Luhn ou módulo de 10, que é uma soma de verificação simples, fórmula utilizada para validar uma variedade de números de identificação, como, por exemplo, números de cartão de crédito (SCHULTZ, 1968).

O índice KWIC é uma lista redundante de expressões (termos) que são utilizados para formar um índice de um conjunto de documentos (*corpus*), isto é, uma lista que facilita o acesso ao conteúdo do corpus. Um índice KWIC poderia apresentar em ordem alfabética todas as permutações circulares que começassem com palavras significativas de suas expressões. Essa situação poderia implicar em um índice de 2 à 5 vezes o tamanho da lista de frases inicial. No entanto, os termos são considerados significativos, além de estarem apresentados em ordem alfabética, caracterizando, portanto, um serviço eficaz.

Conforme esclarece LANCASTER (2004, p. 49),

O índice KWIC (Luhn, 1959) é um índice rotado, derivado, em sua forma mais comum, dos títulos de publicações. Cada *palavra-chave* que aparece num título torna-se ponto de entrada, destacada de alguma forma, aparecendo, normalmente, realçada no centro da página. As palavras restantes do título aparecem 'envolvendo' a palavra-chave. O índice KWIC constitui o método mais simples de produção de índices impressos por computador, no entanto, tem alguma eficiência, pois cada palavra-chave é vista em seu 'contexto'.

A geração de índices por procedimentos KWIC ainda apresenta vários problemas, especialmente no que alude à ambiguidade das palavras nas expressões e à avaliação do nível de significância desses termos por parte dos usuários. Esses índices foram bastante utilizados para elaborar catálogos de bibliotecas. É um método barato de obter certo nível de acesso temático ao conteúdo de uma coleção. Pode ser útil na medida em que os títulos sejam bons indicadores de conteúdo e é por isso que provavelmente funcione melhor com certos assuntos ou tipos de materiais do que com outros.

De modo geral, no que diz respeito aos serviços de indexação e disseminação seletiva de informação, a sua criação ofereceu aos bibliotecários instrumentos informáticos para o início da implementação da indexação automática. Assunto que, apesar de estar relacionado com a elaboração de índices, não é o escopo do artigo.

Com o intuito de trazer ao debate, nesta seção, algo que indicasse certa historicidade e relevância do conceito de 'índice', a próxima seção explica os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa em que foram elaborados critérios para a produção dos índices de uma das bibliografias que constituem o BIFIBRA.

4 Procedimentos metodológicos e critérios de elaboração dos índices

A pesquisa desenvolvida é de natureza exploratória e descritiva. De acordo com seus procedimentos convém dizer que é uma pesquisa bibliográfica. Vem sendo desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Para identificar e recuperar a literatura da revisão bibliográfica foi utilizada a *Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI)³, bem como a biblioteca particular de um docente vinculado ao DCI da UFPE.

Como já foi mencionada anteriormente, a bibliografia intitulada, de maneira provisória, 'Bibliofilatelia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal', demanda em sua composição e sob o ponto de vista da recuperação da informação pelo leitor, que sejam utilizados mecanismos chamados de índices. Usualmente, eles são divididos em três tipos: onomástico, cronológico e por assunto.

Existem reais necessidades em relação a construção de índices. Não basta a reunião e promoção do acesso à conteúdos, sem que haja comprometimento com a qualidade daquilo que é oferecido. Araújo (1986), assim, verifica que os índices permitem dinamizar o processo de recuperação de conteúdos, principalmente quando considerada a complexidade de assuntos e a sua extensão.

A estrutura da obra de referência será constituída de verbetes. Cada verbete será formado pelo nome do autor ou entidade responsável pela obra, por um breve comentário sobre o seu conteúdo, pelos dados técnicos (metadados), pela respectiva referência bibliográfica e pela imagem da capa da obra. Vale salientar que essa obra de referência é o resultado do tratamento documental feito em 218 livros filatélicos pertencentes ao acervo particular de um colecionador.

Todos os critérios criados para a elaboração dos índices neste estudo estão de acordo com os requisitos de apresentação e critérios básicos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), n. 6034 de 2004, que tem por referências normativas tanto o *Código de Catalogação Anglo-Americano* quanto a norma International Organization for Standardization (ISSO) n. 999 de 1996.

A elaboração de variadas tipologias de índices na obra de referência foi pensada para que seja possível atender ao máximo às potenciais necessidades informacionais dos leitores e pesquisadores. O público poderá recuperar a informação de que necessita por meio dos três tipos distintos de índices que surgirão como produto do projeto em andamento, a saber:

- A) **ONOMÁSTICO**: diz respeito à lista com nomes de todos os autores referenciados no livro. De acordo com os critérios criados para a elaboração do índice, os autores serão listados por ordem alfabética das entradas, em forma de referência bibliográfica, conforme as normas estabelecidas pela ABNT, formando os pontos de acesso desejados. Determinou-se que além dos autores das obras comentadas no livro integrarão, esse índice, os personagens identificados e citados nos textos das referências, por exemplo: Eurico Gaspar Dutra que é citado na obra “Os selos do Brasil e o Panamericanismo”. De acordo com as regras gerais de apresentação para índices da ABNT (2004), ele deve ser organizado de acordo com um padrão lógico e facilmente identificável pelos usuários. Quando a forma de elaboração ocasionar duplicidade de interpretações, deve-se acrescentar, no início do índice, uma nota explicativa do padrão adotado e das exceções eventuais. Desta forma, os termos originários desse critério estarão sinalizados no índice com um (*) indicando que não se trata de um autor, conforme o esquema ilustrativo abaixo:

Exemplo do índice onomástico

Nomes com (*) asterisco indicam um personagem-não-autor.

ALBUQUERQUE, Cícero Cavalcanti de

ALBUQUERQUE, Raul de *

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de

ALVES, Leila

ANDRADE E SOUSA, Manuel Monteiro

(...)

- B) **CRONOLÓGICO**: indica os anos das publicações, em ordem crescente, da edição mais antiga até a mais atual. Oferecerá a oportunidade de estudo do mercado editorial filatélico brasileiro e também servirá como dado remissivo ao leitor.

Exemplo do índice cronológico

1856

1880

1930

1932

1936

Não serão listados, neste índice, as obras em que constarem datas incertas ou duvidosas, sendo possível recuperá-las por meio dos outros dois índices. Em suas referências aparecerão as indicações de século certo ou provável de publicação, segundo indica a norma para a elaboração de referências da ABNT (2002), exemplificada a seguir:

Exemplo de ano de publicação duvidosa

RIBEIRO, Armando; DIJKSTRA, K. G. **Selos de depósito e vales postais**. Belo Horizonte: Promoção de Família, (20--). 29 p. Ilustrado.



C) **ASSUNTO**: para este índice foram estabelecidos 4 critérios.

C. 1) O primeiro critério diz respeito a hierarquização e ordenação dos termos no índice. Os termos que compõem o índice de assunto estarão ordenados, principalmente, por ordem alfabética A-Z. Simultaneamente existirá uma relação de subordinação lógica entre os termos com o objetivo de identificar os termos mais genéricos e aqueles que seriam os termos específicos. Esta forma de organização formará uma série vertical de conceitos relacionados. A seguir consta uma das cadeias formadas a partir das relações hierárquicas estabelecidas:

Exemplo da hierarquização e ordenação do índice de assunto

Acidente
Bandeirante
Catálogo,
 Brasil
 de selos
Sanchez
 Ruller
 (...)
Correio
 aéreo nacional
 de Petrópolis
 marítimo
 Hispano-Americano
 das Índias Ocidentais
 mor
 terrestre
 Sul
Descobrimento

Visualiza-se que a cadeia tem início no termo mais genérico (descendente) e toma continuidade com os termos mais específicos (ascendentes). Esta forma de estruturação dos termos facilita a visualização do leitor e otimiza o processo de busca direta na obra corroborando com os estudos de Lancaster (2004).

C. 2) O segundo critério defende o uso da expressão completa em caso de termos específicos/técnicos da área tratada na obra. Um bom exemplo de aplicação desse critério seria na escolha dos termos para definir os primeiros modelos de selos postais: *os olhos-de-boi*, *olhos-de-cabra* e *olhos-de-gato*. Ao dispor, no índice, palavras soltas como: olhos, boi ou cabra, entende-se que esses termos podem causar duplicidade do sentido do termo podendo ocasionar ao usuário equívoco em sua busca. O uso do termo completo inibe essa possibilidade deixando claro que se trata de uma palavra composta.

C. 3) Das mais de duzentas obras, em língua portuguesa, tratadas na obra de referência “Bibliofilatelia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal”, boa parte foi editada e publicada por empresas que demandam um olhar histórico. Algumas delas, particularmente, as do século XIX e algumas do XX não atuam mais no mercado editorial brasileiro. Desse modo foi estabelecido como terceiro critério, para a elaboração do índice de assunto, que as denominações de instituições, empresas e entidades

filatélicas, contidas nas referências de cada documento elencado na obra, também constarão enquanto palavras-chave no índice de assunto.

C. 4) Como último critério, será mantida a relevância dos pontos principais abordados nas obras para extração dos termos indexadores, entre eles, o registro dos títulos dos livros.

A partir da discussão e definição dos critérios elaborados na primeira etapa da pesquisa, a segunda etapa concretizou a estruturação dos três índices do livro 'Bibliofilatelia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal'. A título de visualização do que foi utilizado como fonte de informação para a elaboração dos índices, segue um exemplo na próxima página. Essa é a estrutura do livro.

A figura 1 é composta por três partes articuladas entre si, a saber:

- 1) A capa do livro digitalizada;
- 2) Seguida pela respectiva referência bibliográfica em conformidade com a norma brasileira de referências da ABNT – 6023 (2002); e
- 3) Mais abaixo, um curto texto em que o autor da bibliografia apresenta o livro.

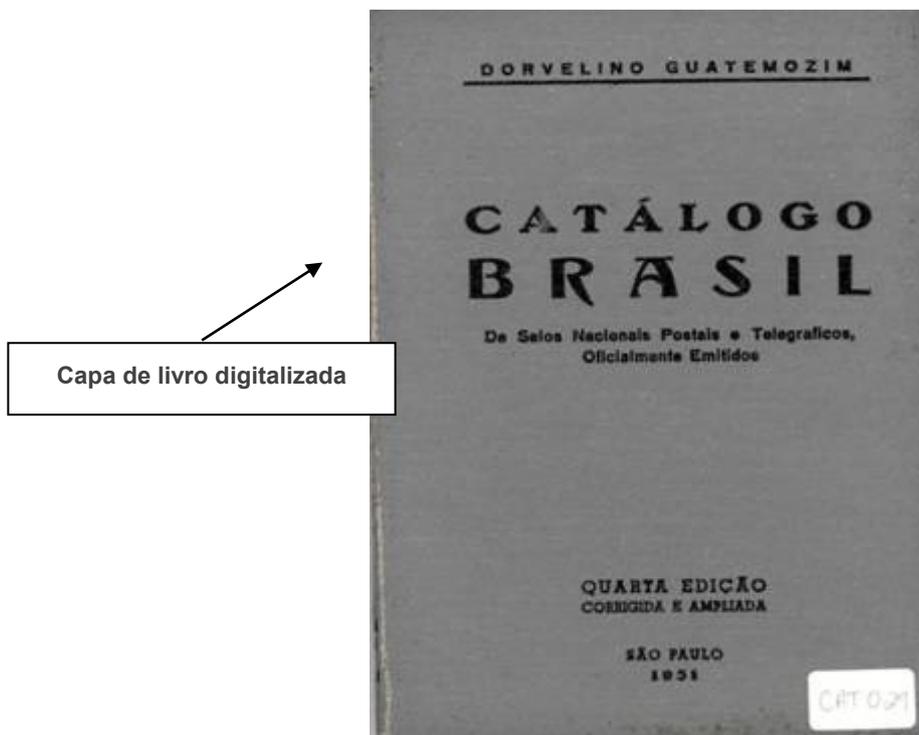


Figura 1. Exemplo das três fontes de informação utilizadas para elaborar os índices
Fonte: Salcedo (2017, p. 42)

Referência do livro

GUATEMOZIM, Dorvelino. **Catálogo Brasil**. 4. ed. São Paulo: Salerno, 1951. 213 p. Ilustrado.

Explicação sobre o livro

A quarta edição deste livro, com uma tiragem de quatrocentos exemplares numerados, é uma evidência importante, detalhada e engajada contribuição de alguns filatelistas, principalmente do Estado de São Paulo. Apesar de dimensões pequenas e letra miúda, esta obra ultrapassa a ordinária serventia que conhecemos oferecerem alguns catálogos. Por exemplo, contem uma troca de manuscritos e fortes afetos entre o autor e o catedrático e jornalista Artur Raggio Nóbrega; indica a posição negativa do autor em relação ao crescente número de tiragens, por cada selo postal emitido, a partir de 1942; elabora brevíssima história da invenção do selo postal e um vocabulário “filotélico”; por fim, faz uma crítica severa à sétima edição de outro catálogo de selos do Brasil, o Ariró, produzido e comercializado pela Filatélica Ariró, de propriedade do Leo Landau, localizada na Travessa do Ouvidor, nº 38, Rio de Janeiro. Alguns comentários do autor sobre alguns selos postais são de inestimável valor intelectual (SALCEDO, 2017, p. 42).

6 Considerações finais

O REFIBRA tem como função social oferecer acesso tanto a documentos filatélicos, quanto a obras de referência que estudam esses documentos. Assim, foi pensado com parte integrante desse repositório, a BIFIBRA e seus potenciais desdobramentos. Este é o caso da primeira obra de referência que está sendo escrita como conteúdo do BIFIBRA e que está sendo, provisoriamente, intitulada “Bibliofilatelia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal”.

Com essa obra de referência, estudiosos brasileiros e estrangeiros poderão identificar, com exatidão, livros escritos em língua portuguesa que versam sobre o campo do colecionismo filatélico, dos documentos filatélicos, dos Correios, das tecnologias de comunicação postal, das normas postais, da história postal brasileira etc. Essa obra é constituída por uma lista de 218 livros, todos pertencentes a um bibliófilo filatélico, residente em Recife, Estado de Pernambuco e, também, professor no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco.

A despeito de um acesso veloz e desterritorializado da informação, por meio das tecnologias computacionais móveis, o papel social do campo da Biblioteconomia permanece relevante no que diz respeito ao tratamento e a organização de tão excessiva produção de dados e informações.

É nesse sentido e contexto que este artigo apresenta e compartilha a seleção de elementos teóricos que serviram para a elaboração dos três índices (onomástico, cronológico e assunto), que servirão como guia ao leitor para recuperar informações, mas que indicam certas tomadas de decisão e posicionamento sobre diversos e distintos aspectos da organização e tratamento do sistema linguístico e formal de uma obra de referência.

Um aspecto importante deste artigo alude ao processo de aprendizagem contínua, por parte dos autores, quando considerados os estudos e debates que resultaram do processo de iniciação científica. Certas dificuldades, inerentes a esse processo, foram superadas e culminaram em descobertas interessantes e trunfos conquistados. A elaboração dos índices é a parte operacional construída em conjunto. Este artigo é, apenas, parte da evidência de um processo que articula teoria e prática, descrição e exploração, docência e ciência. Por fim, os resultados desta pesquisa são uma parte de outros projetos de pesquisa que estão em andamento e que garantem a continuidade intelectual e social rumo ao futuro.

¹ Pesquisa com apoio financeiro da PROPESQ/UFPE/CNPq para bolsa de iniciação científica (PIBIC).

² Research with financial support from PROPESQ/UFPE/CNPq for the scientific initiation scholarship.

³ <http://www.brapci.ufpr.br/brapci>

Referências

- ALTMAN, Dennis. Paper ambassadors: the politics on stamps. London: Angus and Robertson: 1991.
- ARAÚJO, Emanuel. A construção do livro: princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1986.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: Informação e Documentação: Índices: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e Documentação: Referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura – PNC. Diário Oficial da União - Seção 1, de 03/12/2010. Disponível em: <<http://goo.gl/Eewttx>>. Acesso em 02 de jan. de 2016.
- CAMPELLO, Bernadete S.; CAMPOS, Carlita M. Fontes de informação especializada: características e utilização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.
- CARRIZO SAINERO, Gloria. Las fuentes de información: presente y futuro: algunos apuntes metodológicos. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1, 2000, Madrid. Anais... Madrid: Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Universidad Carlos III de Madrid, 2000. p. 399-406. Disponível em <<http://goo.gl/l6umH7>>. Acesso em 12 de fev. de 2016.
- CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985.
- COLLINSON, Robert L. Índices e indexação: guia para indexação de livros, e coleções de livros, periódicos, e coleções de livros, periódicos, partituras musicais, com uma seção de referência e sugestões para leitura adicional. São Paulo: Polígono, 1971.
- CUNHA, Murilo Bastos da. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2001.
- CUNHA, Murilo Bastos da. Manual de fontes de informação. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2010.
- ECO, Humberto. A vertigem das listas. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GOMES, Marcos Aurélio; DUMONT, Sérgio Maria Moreira. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. Transinformação, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/b6nvUk>> Acesso em 12 de jan. de 2016.
- GÓMEZ, María Nérida González de. Novos cenários políticos para a informação. Ciência da Informação. Brasília [DF], v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. n. 999: guidelines for the content, organization and presentation of indexes. Disponível em: <<http://goo.gl/DR73zt>>.
- JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008.
- KOCHE, José Carlos. Pesquisa científica: critérios epistemológicos. Petrópolis [RJ]: Vozes, 2005.
- LANCASTER, Frederick Wilfrid. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2004.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da Inteligência. São Paulo: Editora 34, 2006.
- MEYER, Peter. Catálogo de selos do Brasil: 2015. São Paulo: RHM, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação. Vancouver, [BC]: UNESCO, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/yBN70e>>. Acesso em 03 de fev. de 2016.
- PINHEIRO, Lena. V. R. P. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/UJjnEk>> Acesso em 22 de jun. de 2016.
- RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. As cinco leis da Biblioteconomia. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2009.
- SALCEDO, Diego Andres. A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000. Recife: EDUFPE, 2010.
- SALCEDO, Diego Andres. Pernambuco nos selos postais: fragmentos verbovisuais de pernambucanidades. Recife: FacForm/Liber, 2011.

SALCEDO, Diego Andres. Bibliofilia: fontes de informação para o estudo filatélico e postal. Recife: EDUFPE, 2017. (No prelo).

SCHULTZ, Claire K. Hans P. Luhn: pioneer of Information Science, selected works. New York: Spartan Press, 1968.

SHIRKY, Clay. A cultura da participação. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Maria dos Remédios da.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. Transinformação, Campinas. v.16, n. 2, p.133-161, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/554duv>>. Acesso em 12 de fev. de 2016.

Dados dos autores

Diego Andres Salcedo

Professor na Graduação e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Grupo de CoPesquisa Imago e Humanidades Digitais.

salcedo.da@gmail.com

Kézia de Lira Feitosa

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco.

kzlfaitosa@gmail.com

Recebido - Received: 2016-12-30

Aceitado - Accepted: 2018-02-11



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 United States License.



This journal is published by the University Library System of the University of Pittsburgh as part of its D-Scribe Digital Publishing Program and is cosponsored by the University of Pittsburgh Press.